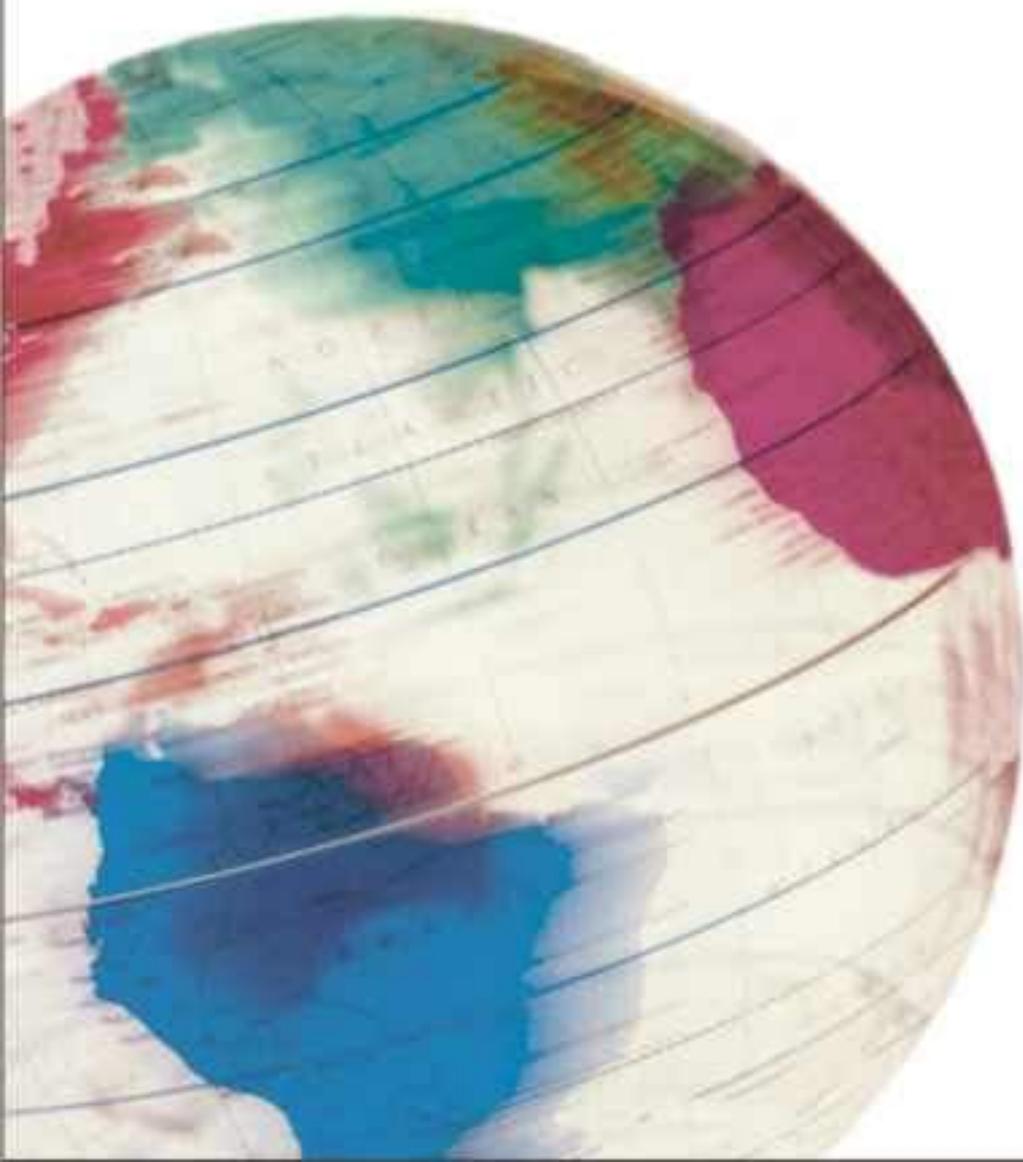


Revista da

# FACED

Universidade Federal da Bahia



7

ISSN 1516-2907

**SANTOMÉ, J. T.**  
A educação em tempos de  
neoliberalismo;  
trad. Cláudia Schilling. –  
Porto Alegre: Artmed, 2003

Jurjo Torres Santomé é professor catedrático de Didática e Organização da Faculdade de Ciências da Educação, da Universidade de Coruña, Espanha. Foi professor da Universidade de Salamanca, em Santiago de Compostela, Espanha. Tem diversos trabalhos publicados nos temas: Análise sociopolítica do currículo, políticas educativas, currículo integrado, currículo antidiscriminação, multiculturalismo e formação do professor. Entre as publicações mais conhecidas, encontra-se: “Globalização e interdisciplinaridade: O currículo integrado” (1994) e “O currículo oculto”. (1991) (E-mail: jurjo@udc.es)

**Nedy Cerqueira Neves**  
Mestranda em Educação da UFBA  
nedyneves@superig.com.br

Os capítulos iniciais são dedicados à contextualização do ensino num mundo neoliberal, ainda em crise e em processo de reestruturação, analisando as desigualdades sociais e econômicas, a liberdade e o desenvolvimento social. Neste contexto se insere a mercantilização do ensino com a descentralização dos sistemas educacionais e a sua privatização. Os efeitos do neoliberalismo no currículo são bem estudados nos capítulos finais e a missão dos educadores como responsáveis pelas mudanças culturais.

O autor faz uma reflexão sobre a política neoliberal e suas conseqüências na área da educação e na sociedade como um todo. Este tipo de ideologia tenta orientar os sistemas educacionais para afirmar seus projetos econômicos, como os únicos possíveis, embasados no pensamento único. Desse modo, como fica a educação num mundo em crise?

Na atual sociedade, para entendermos o que se passa na sala de aula temos que abrir outras perspectivas. Estamos vivendo um mundo de “pós”; pós-modernismo, pós-fordismo, pós-taylorismo, pós-capitalismo, pós-colonialismo, pós-estruturalismo, pós-industrialismo, etc, porém não sabemos bem para que servem tantas etiquetas.

Segundo Manuel Castells (1988, p. 181), a reestruturação do capitalismo em sua transição da industrialização à informática, é

preciso considerar: a influência da economia organizada na organização da produção e dos mercados; essas mudanças organizativas interagiram com a difusão de tecnologias; o objetivo dessas mudanças foi sobreviver aos novos contextos econômicos, institucionais e tecnológicos das empresas; essas mudanças organizativas tentam redefinir os processos de trabalho e as práticas de concentração, introduzindo o modelo de “*produção enxuta*”, para economizar mão-de-obra mediante a automação dos postos de trabalho, o controle informatizado do trabalhador, a terceirização, a redução da produção e a suspensão de cargos de direção. Surge, assim, o que é conhecido como “*empresa oca*”;

Atualmente, se desenvolveram-se no mercado empresas chamadas de “*descartáveis*”, que são grupos que acumulam lucro e se dissolvem rapidamente, não trazendo benefícios para a região. Todas estas ações conjuntamente são responsáveis e afetam o mundo atual através da desestabilização social e trabalhista. Os ideais de justiça social, solidariedade e democracia correm o risco de se tornarem palavras ocas e sem eco, numa sociedade que só conhece as medidas econômicas.

Não podemos esquecer que o *Estado do Bem-Estar Social* foi criado pelos Estados democráticos, e não pelo sistema capitalista e pelo mercado. Esta ação é considerada positiva e responsável pela distribuição de oportunidades e recursos. Mas, atualmente, o *Estado do Bem-Estar* é considerado obsoleto, porque se pretende reduzir tudo a serviços e produtos de consumo.

O novo capitalismo sem pátria exige uma política que facilite a circulação do produto em diferentes mercados e preferencialmente livres. Esta ação faz pressão sobre os Estados democráticos, exigindo políticas que se adequem aos interesses econômicos de grandes grupos. O FMI e o Banco Mundial são instituições supranacionais que, além de forte poder econômico, também elaboram discursos para convencer a população de que o seu trabalho é fruto de um compromisso com o bem comum e que a sua tarefa é desinteressada e neutra. Acreditam no livre mercado e na privatização de tudo que possa produzir benefícios econômicos, como sendo a única alternativa para a sociedade, apostando num Estado mínimo. Estas organizações, juntamente com as empresas multinacionais, são o verdadeiro cérebro do neoliberalismo.

O autor acredita que, para quebrar esta cadeia, é necessário apostar no desenvolvimento, que seria o processo de expansão das

liberdades humanas. O desenvolvimento de uma comunidade seria a possibilidade do exercício da liberdade. Boas instituições educativas, oportunidades de trabalho, garantia de justiça e equidade e eliminação dos mecanismos de discriminação de gênero, etnias, opções sexuais, etc, seriam requisitos básicos para garantirem este desenvolvimento. Vale ainda ressaltar a liberdade política; os serviços econômicos; as oportunidades sociais; a garantia de transparência administrativa e a segurança protetora.

Toda esta conjuntura político-social afeta o sistema educacional através das mesmas regras do jogo, ou seja, a educação é vendida como produto de mercado, numa linha de produção e o educando é visto como cliente. Defende-se um modelo educacional consumista. A mercantilização da educação e o currículo são transformados em bem de consumo. Nesta linha política não há interesse em desenvolver o espírito crítico e a criatividade dos alunos, ao contrário é melhor tê-los como robôs. Não se desenvolve o espírito de co-responsabilidade social.

As opções neoliberais e neoconservadoras prometem destruir as redes escolares públicas, transformando tudo em rede privada, descentralizando os sistemas educacionais. As exigências dos mercados são impossíveis de serem realizadas na área da educação. Para se adequar ao mercado consumidor, a educação deveria apresentar minimamente as seguintes possibilidades: escolha; ofertas competitivas de serviços; financiamento público; habilitação e prestação de contas.

Outra questão relevante refere-se ao conteúdo do currículo. A informação apresentada nos currículos se caracteriza por uma grande descontextualização com a realidade, pois ela não facilita e nem promove problematizações sobre as causas estruturais das situações que pretende denunciar, produzindo apenas contextualizações no âmbito emocional de cada pessoa. O esquecimento das humanidades clássicas na educação pode ser responsável pelo fechamento da mente moderna, modelando os jovens em cidadãos egoístas, pouco solidários e insensíveis. A decadência moral e a violência constroem um pânico generalizado.

As crianças têm um contato pouco real com o mundo que as rodeia formando uma imagem negativa sobre as possibilidades dos seres humanos de intervirem e de transformarem a realidade e o mundo em que vivem. Há urgência de uma revisão da cultura trabalhada na sala de aula. Esta mentalidade é geradora

de um pessimismo que nos faz pensar que é impossível mudar tudo que nos rodeia. É necessário resgatar a utopia para sonharmos com uma sociedade mais justa, mais equânime e, conseqüentemente, melhor.

As opções otimistas provêm de grupos de ambientalistas, feministas, pacifistas, grupos de defesa dos direitos humanos, grupos antiglobalização que condenam a criação de massas de pobreza e excluídos. É necessária uma linha de ação para uma educação antidiscriminatória.

Este pensamento foi visível na *VIII Conferência Ibero-Americana de Educação*, para tratar do tema “Globalização, sociedade e educação”, houve o compromisso com mudanças que representam esperanças de uma sociedade mais equânime, ditas desta forma: “embora a educação seja responsabilidade da sociedade em seu conjunto, o papel do Estado deve garantir a construção de uma educação de qualidade, atualizada e pertinente, que chegue a todos, dotando-a de um sentido ético que reafirme os valores democráticos baseados em princípios de justiça social e solidariedade”.

Os educadores conscientes destes problemas clamam por uma educação mais distributiva, mais justa. Um sistema educacional desigual e injusto seria aquele em que nem todos os estudantes têm acesso à informação, porque existem grandes diferenças entre os recursos das diferentes instituições e nem todas as escolas contam com professores bem-formados e comprometidos com seu trabalho, mantendo um clima de diálogo e respeito na sala de aula. As reformas e as inovações educativas devem ser norteadas pelo princípio da igualdade e da oportunidade para todos.

Bell Hooks (1994,p. 207) sai em defesa de um currículo otimista e transmite: “A sala de aula, com todas as suas limitações, continua sendo um lugar de possibilidades. Nesse campo de possibilidades, temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade, de exigir de nós mesmos e de nossos colegas uma abertura de mente e de coração que nos permita enfrentar a realidade no mesmo momento em que, de forma coletiva, imaginamos forma de ir além dos limites, para ultrapassá-los. Isto é educação como prática de liberdade”.

A proposta do autor é em torno de mudanças de valores através de justiça social, responsabilidade ética, participação e igualdade que têm possibilidade de transformar modos de vida, substituindo discursos vazios. Instituições com esses compromissos

estimulam viver e intervir com liberdade e otimismo gerando sonho e não sono na sala de aula.

Dentro do contexto neoliberal quando os professores apresentam resistência são vistos como ativistas sociais, muitas vezes considerados “*de esquerda*” pelos grupos conservadores. De acordo com a pesquisa etnográfica realizada na Nova Zelândia, por Ronald Sultana (1991, p. 136): “a conscientização e atividades políticas dos docentes tenderão cada vez mais para agendas progressistas, em vez de conservadoras, se eles se envolverem com os movimentos sociais democráticos externos à instituição escolar, que afetam suas percepções e compromissos, tanto individual quanto coletivamente”.

Outra questão prioritária e relevante é a construção da cultura de colaboração com a comunidade nas instituições escolares, entre os professores e os estudantes, bem como com as famílias e outros grupos sociais interessados na educação e na luta contra as desigualdades.

O autor conclui com uma proposta para melhorar a qualidade da educação que seria através do compromisso de democracia dialogante, transformando as salas de aula em espaços livres para expressão de pensamentos e convicções.

## Referências Bibliográficas

- CASTELLS, Manuel (1998): La era de la información. Economía, sociedad y cultura. Vol. 1. La sociedad red. Madrid. Alianza, 2 reimpr.
- HOOKS, Bell (1994): Teaching to transgress. Education as the practice of freedom. New York.
- SULTANA, Ronald G (1991): “Social movements and the transformation of teacher’ work: case studies from New Zealand”, Research Papers in Education, Vol. 6, nº 2, páginas 133-152.